

26/6/92 - 77

A.1.0

LOJA

* ROMA

Moçambique: Acordo de 1990 sobre +corredores+ gera divergências

Roma - As delegações do Governo moçambicano e da RENAMO às conversações de paz em curso em Roma permaneciam ontem distantes do início da abordagem das questões militares sobre a formação do exército único, conforme prevê a agenda.

As duas equipas negociais continuam envolvidas em divergências de fundo, em torno do cumprimento do acordo de Dezembro de 1990, que estabelece um cessar-fogo limitado ao longo dos +corredores+ do Limpopo e da Beira.

Observadores em Roma têm manifestado surpresa pelo facto de, dias depois de as duas partes terem rubricado uma acta confirmando que o primeiro tema desta 11ª ronda seriam as questões militares, as sessões plenárias terem voltado a ser dedicadas a um acordo considerado fora da actualidade.

Mas a delegação da Gorongosa, sempre encabeçada por Raul Domingos, mantém que só aceitará começar a discutir as questões militares, que levarão ao cessar-fogo em Moçambique, depois de obter garantias de que não há unidades militares zimbabweanas combatendo ao lado do exército governamental moçambicano.

A avaliação do nível de sobrevivência deste acordo foi sugerida no início desta sessão negocial pela RENAMO, que reafirma haver ainda tropas do Zimbabwe estacionadas fora das faixas daquelas duas linhas férreas, em violação ao estipulado por aquele acordo.

Como forma de atingir esse propósito, a RENAMO reiterou quarta-feira uma proposta segundo a qual a Comissão de Verificação (COMIVE) daquele acordo deveria poder investigar queixas dessa natureza em qualquer ponto do território moçambicano, sem pré-aviso ao Governo de Maputo.

Argumenta a RENAMO que, se a COMIVE nunca, até agora, confirmou, nas suas averiguações, qualquer sinal de permanência de forças zimbabweanas fora daqueles +corredores+, é porque o Governo tem sempre tido tempo de proceder à evacuações rápidas nos locais indicados.

Segundo apurou a Agência LUSA em Roma, a delegação de Maputo, chefiada por Armando Guebuza, ministro dos Transportes e Comunicações, +rejeitou liminarmente+ esta proposta.

O argumento invocado é de que, limitando-se à área de jurisdição da COMIVE a faixa dos três quilómetros para fora dos +corredores+, qualquer revisão seria +inaceitável+ no momento em que acaba de ser rubricada uma acta confirmando que as discussões devem avançar no sentido de um acordo final de cessar-fogo em todo o território nacional.

Numa outra proposta considerada controversa, a RENAMO teria defendido que o acordo de Dezembro de 1990 fosse revisto de forma que aqueles dois +corredores+ pudessem apenas ser utilizados para fins de natureza civil.

Nesse sentido, seria acordada uma adenda defendendo que, além de o acordo de Dezembro não proibir a utilização normal daquelas vias, impedir que elas sejam utilizadas para fins militares seria criar limitações à logística do exército governamental, com efeitos em zonas do interior, distantes das abrangidas pelo cessar-fogo parcial.

Dada a profundidade das divergências surgidas nos plenários de terça e quarta-feiras, parece pouco provável que as duas partes retomem a agenda ainda hoje.

Entretanto, no que pode ser considerado um desenvolvimento negativo, a LUSA confirmou em Roma que a sub-delegação militar dos observadores dos Estados Unidos abandonou Roma no último fim-de-semana, regressando a Washington.

A delegação portuguesa, integrada pelo embaixador António Sennfelt, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e pelos coroneis Ataíde Montes e Francisco Roque, permanece, contudo, na capital italiana.

* * * * *

* LISBOA

Líder da RENAMO quer observadores da OUA nas conversações de paz

Lisboa - O líder da RENAMO dirigiu dia 25 de Junho um +apelo urgente+ ao Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA) para enviar uma equipa de observadores às conversações de Roma para a paz em Moçambique.

Afonso Dhlakama, em comunicado datado de ontem, escrito em inglês e por ele assinado, declara-se +grandemente entristecido pela ausência da África nas conversações+, depois de se regozijar com a participação dos Estados Unidos, Portugal, Grã-Bretanha, França e Nações Unidas.

+Esperamos que a participação destes países e organizações assegurará a aceleração do processo de paz+, diz o texto.

Mas porque +o problema moçambicano é um problema africano+, o presidente da RENAMO apela à presença da OUA em Roma para +garantir um contributo africano+ nas conversações, que, sublinha, +chegaram a uma fase crucial+.

+A discussão sobre o cessar-fogo estará na agenda+ da ronda em curso na capital italiana, afirma o líder rebelde.

* * * * *

* MAPUTO

Banco Mundial e Banco Europeu de Investimentos investem em Sofala

Maputo - O Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos disponibilizaram 40 milhões de dólares para aplicação em projectos de média e pequena indústria na província moçambicana de Sofala, anunciou uma fonte financeira na Beira.

O consultor do Banco Mundial (BM) na capital de Sofala, Filipe Gonçalves, disse que 36 milhões deste pacote estão em aplicação desde 1991, na implementação do projecto, coordenado pelo Instituto moçambicano de Desenvolvimento da Indústria local (IDIL).

* MAPUTO

Mocambique/Aniversário da independência: Chissano apela RENAMO para cooperar com o Governo na busca da paz

Maputo - O presidente da República de Mocambique, Joaquim Chissano, apelou quarta-feira à noite ao movimento rebelde armado mocambicano RENAMO para cooperar com o seu Governo nos esforços da busca da paz.

Numa mensagem de 51 páginas e lido durante 23 minutos por ocasião do 17º aniversário da independência de Mocambique e 30º da criação da FRELIMO ontem assinalado, Joaquim Chissano disse que a criação do bem-estar do povo mocambicano passa inevitavelmente pelo fim da guerra no país.

O estadista mocambicano recordou que ao longo dos 17 anos de independência de Mocambique o povo nunca conheceu uma paz efectiva e salientou que a alternância no exercício do poder é condição essencial de democratização do país.

+Nos 17 anos da Independência, o nosso povo nunca conheceu uma paz efectiva, como consequência das manobras empreendidas pelo colonialismo visando negar a todo o custo a nossa liberdade+, disse Joaquim Chissano.

+Apesar da flexibilidade demonstrada pelo nosso Governo, as conversações não têm sido fáceis. Desde Julho de 1990 que temos vindo a procurar a paz para o nosso país através de um diálogo directo com a RENAMO+, afirmou Chissano, ao fazer referência àquilo que considerou uma guerra +genocida sem precedentes+ no continente africano.

Segundo Joaquim Chissano, estão criadas em Mocambique as condições para que tudo seja feito na base do diálogo e, disse, nas conversações de Roma, a delegação do Governo de Maputo está investida de plenos poderes para +negociar tudo, até à assinatura do acordo final de paz+.

A seca e os problemas ambientais que afectam não só Mocambique foram também objectos de referência no discurso do presidente Joaquim Chissano, proferido no Palácio da Ponta Vermelha, em Maputo.

O presidente da FRELIMO e da República de Mocambique citou o desastre do petroleiro-tanque grego +Katina P+, em Abril último, para ilustrar o drama do sector ambiental, no tocante a Mocambique.

Para minimizar o sofrimento dos sinistrados, particularmente pela seca, o chefe de Estado mocambicano apelou à comunidade internacional para sensibilizar a RENAMO no sentido de permitir a assistência às populações em zonas sob sua influência.

+O nosso desejo é que sejam socorridos todos os mocambicanos que sofrem directamente os efeitos da seca, independentemente de se encontrarem nas zonas controladas pelo Governo ou nas regiões sob influência da RENAMO+, disse Joaquim Chissano.

+Apelamos à comunidade internacional no sentido de sensibilizar a RENAMO para que permita a livre circulação das viaturas que transportam o auxílio humanitário+, acrescentou.

Unidade, paz, reconciliação e reconstrução foram as divisas sugeridas pelo chefe de Estado mocambicano a todos os mocambicanos, independentemente das suas crenças políticas ou religiosas, como únicas vias para tornar Moçambique num país próspero, de paz, de democracia, de fraternidade, de justiça e de bem-estar para todos.

Referindo-se à vizinha África do Sul, Joaquim Chissano formulou votos para que a violência prevalecente naquele país seja ultrapassada rapidamente, para dar prosseguimento ao processo de reformas.

Fazendo uma abordagem da situação internacional, Joaquim Chissano mostrou-se também +preocupado+ pelas notícias que chegam de alguns países da Europa do Leste, +onde o processo de mudanças está a custar um preço demasiado elevado em perda de vidas humanas.

* * * * *